



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1857446 - RS (2020/0007105-6)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : C A W P  
**ADVOGADOS** : PAULO OLÍMPIO GOMES DE SOUZA - RS003230  
FELIPE DREYER DE AVILA POZZEBON - RS030663  
LEONEL ANNES KEUNECKE E OUTRO(S) - RS057062

### EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DENÚNCIA PELOS CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, OCULTAÇÃO DE CADÁVER E COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL VIA *HABEAS CORPUS*. POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL CONFIGURADA. ACÓRDÃO QUE AFIRMA INEXISTIREM INDÍCIOS MÍNIMOS A AUTORIZAR A PERSECUÇÃO PENAL. PLEITO MINISTERIAL DE REVERSÃO QUE EXIGE RÉVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ NOS TERMOS DO PARECER. Recuso especial não conhecido.

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Rio Grande do Sul**, com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça gaúcho no *Habeas Corpus* n. 70082203530, assim ementado (fl. 2.662):

*HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO, OCULTAÇÃO DE CADÁVER. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. Decorrendo a imputação de prática do crime de homicídio da existência de suposto motivo (rompimento de contrato de locação, que teria causado prejuízo financeiro ao paciente), e do fato de ter esse, no dia do desaparecimento do ofendido, manuseado as câmeras de segurança existentes em sua residência, tais circunstâncias - consideradas isoladamente ou em conjunto - mostram-se frágeis, dizendo-se o menos, para que se considere a possibilidade de ser o paciente o autor do delito. E mais não há, merecendo registro a circunstância consistente em que as diligências que se seguiram, inclusive aquelas realizadas no local onde teria ocorrido o fato, não lograram encontrar vestígio algum da prática do crime de homicídio, estando tudo a indicar que, ocorrido esse, teria sido praticado em local outro, mesmo porque o período de tempo determinado pela acusação para a execução do crime seria, à evidência, insuficiente para que o paciente tivesse, além de matar a vítima, ocultado o cadáver dessa e, isso, sem deixar rastro algum. Evidenciado o fato consistente em que a única aproximação (documentada) do paciente com a esposa da suposta vítima (imagens disponíveis na internet - YouTube) foi por ela provocada, conduta incompatível com a de quem se sentia intimidada pela presença daquele, não se pode ter por presentes indícios da autoria do crime de coação no curso do processo. Ausência de justa causa que determina a cessação do andamento da ação penal. ORDEM CONCEDIDA

Opostos embargos de declaração (fls. 2.689/2.709), esses foram rejeitados (fls. 2.713/2.718). Eis a ementa respectiva (fl. 2.713):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. Pretende o embargante, ao que parece, sem compreender a finalidade dos embargos de declaração, colocar em discussão os argumentos que levaram ao trancamento de ação penal, invocando o sempre ventilado brocado *in dubio pro societate*, e fazendo alusão a sua aceitação pelas Cortes Superiores. Contudo, se disso se tratasse - e não se trata -, ainda assim, não haveria cogitar de omissão, porquanto eventual não aceitação de precedentes jurisprudenciais não a caracteriza. Mais, em nenhum momento registra o acórdão embargado a existência de dúvida, senão que afirma a inexistência de mínimos indícios de autoria que autorizassem a persecução penal. Omissão inexistente. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.

Nas razões do recurso especial (fls. 2.728/2.759), o *Parquet* aponta violação dos arts. 647, 648 e 619 do Código de Processo Penal. Alega ser descabido ao julgador ingressar, nesse momento, demasiadamente no mérito estrito da causa - especialmente por se tratar, em princípio, de crime de competência do Júri. Deveria se limitar a cancelar o recebimento da denúncia, para que, então, pudesse a acusação oficial colher as provas necessárias para a formação do seu convencimento em relação ao elemento subjetivo do tipo da conduta denunciada (fl. 2.741). Entende assim que, na espécie, a câmara julgadora procedeu em indevido e aprofundado exame do contexto fático-probatório dos autos, olvidando que, na espécie, os demais elementos de convicção apontados nos Relatórios de Investigação Policial das fls. 193-242 e 719-772, justificam o prosseguimento da persecução penal no caso em comento, notadamente em razão de não ter havido um simples "manuseio das câmeras de segurança" pelo acusado "no dia do desaparecimento do ofendido" (fl. 10 do acórdão) - (fl. 2.743).

Segundo sustenta, o acórdão deixou de considerar a possibilidade de que a prova indiciária (no sentido de prova indireta), quando plural, harmônica, convincente e segura, constitua lastro apto a amparar o recebimento da denúncia (fl. 2.753), sustentando haver nos autos importantes elementos de convicção dotados de capacidade para caracterizar os indícios de autoria acerca da conduta criminosa imputada ao agente, indícios esses que, ao revés do compreendido pelo órgão fracionário do Tribunal a quo, suportavam a deflagração da ação penal (fl. 2.754).

Subsidiariamente, pleiteia o reconhecimento da ausência de manifestação do Tribunal a quo acerca de ponto relevante ao debate da matéria, o que importou em negativa de prestação jurisdicional por parte do órgão Colegiado Estadual (fl. 2.757).

Apresentadas contrarrazões (fls. 2.767/2.789), o recurso especial foi admitido na Corte de origem (fls. 2.800/2.807).

O Ministério Público Federal opinou pelo **não conhecimento do recurso especial** (fls. 2.822/2.836).

É o relatório.

Sustenta o recorrente, em suma, que a Corte estadual teria ofendido os arts. 647 e 648 do Código de Processo Penal, ao conceder *habeas corpus* em favor do ora recorrido, determinando o trancamento da ação penal com incursão indevida no mérito da causa.

Segundo alega, há nos autos importantes elementos de convicção dotados de capacidade para caracterizar os indícios de autoria acerca conduta criminosa imputada ao agente, indícios esses que, ao revés do compreendido pelo órgão fracionário do Tribunal a quo, suportavam a deflagração da ação penal (fl. 2.754). Requer, assim, seja afastada a ordem concedida e determinado o regular prosseguimento do feito, uma vez que, *na fase embrionária da ação penal, para o recebimento da denúncia a resolução de eventuais dúvidas ou incertezas é orientada pelo princípio in dubio pro societate, bastando a tanto a mera possibilidade de procedência da pretensão acusatória* (fl. 2.755).

Supletivamente, requer a cassação do acórdão, *a fim de que outro seja prolatado em seu lugar, com o devido enfrentamento da matéria* (fl. 2.757), visto que, na sua ótica, teria também havido ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal.

De início, registro inexistir a apontada negativa da prestação jurisdicional, pois o acórdão guerreado enfrentou as questões suscitadas de forma devidamente fundamentada. Com efeito, observo que a Corte estadual concedeu a ordem para trancamento da ação penal ao concluir que os *elementos probatórios coligidos não põem à mostra indícios de autoria que minimamente autorizem a continuidade da persecução penal em juízo* (fl. 2.671 - grifo nosso).

E, segundo observo no acórdão recorrido, a Corte de origem explicitou tal conclusão de forma bastante clara. Eis os termos do que ficou decidido no ponto (fls. 2.671/2.673 - grifo nosso):

[...]

Isso porque, como visto, **relativamente ao crime de homicídio, a existência de suposto motivo (rompimento de contrato de locação), e o fato de ter o acusado, no dia do desaparecimento do ofendido, manuseado as câmeras de segurança, considerados isoladamente ou em conjunto, mostram-se frágeis, dizendo-se o menos, para que se considere a possibilidade de ser o paciente o autor do delito.**

E mais não há, merecendo registro a circunstância consistente em que as diligências que se seguiram, inclusive aquelas realizadas no local onde teria ocorrido o fato, não lograram encontrar vestígio algum da prática do crime de homicídio, estando tudo a indicar que, ocorrido esse, teria sido praticado em local outro, mesmo porque o período de tempo determinado pela acusação para a execução do crime seria, à evidência, insuficiente para que o paciente tivesse, além de matar a vítima, ocultado o cadáver dessa e, isso, sem deixar rastro algum.

De outra banda, também **franciscanos os indícios da autoria do crime de coação no curso do processo**, mostrando-se suficiente para que se chegue a tal conclusão o quanto consignado por ocasião do julgamento do *habeas corpus* alhures referido, onde registrado, repise-se:

Com respeito ao segundo, há a ponderar que reside o acusado na cidade de Anta Gorda, pequeno Município, não assumindo o relevo que lhe emprestaram o Promotor de Justiça e a Juíza de Direito a circunstância de passar a cruzar com a esposa da suposta vítima nas vias públicas da cidade. E não altera a situação a só circunstância de possuir consultório na cidade de Arvorezinha, pois não induz a conclusão de que, determinaria a desnecessidade de transitar pelas ruas daquela cidade, onde mantém residência.

Mais, a esposa do suposto ofendido era vizinha do denunciado e, depreende-se, alterou sua residência recentemente, não se afigurando razoável concluir-se que tinha conhecimento da rotina desse, ao tempo em que moravam em local mais afastado, não se podendo ter como verdadeira a afirmação de que esse tenha provocado o único encontro de que se tem

evidência.

Aliás, no particular, embora não acompanhe a impetração o vídeo em que registrado o “encontro” noticiado pela esposa da suposta vítima, encontra-se ele disponível na internet (YouTube), e evidenciam as imagens que se encontrava o acusado conversando com outra pessoa, sendo aquela quem foi em sua direção, conduta, incompatível com a de quem se sentia intimidada pela presença do denunciado no local.

Por conseguinte, não obstante, contrariamente ao sustentado pelos impetrantes, não se esteja diante de atipicidade da conduta atribuída ao paciente, pois desnecessária que seja explícita a grave ameaça que enseja a caracterização do crime de coação no curso do processo, podendo, eventualmente, ocorrer com o só fato de buscar aproximação com a pessoa que se pretenda coagir, mormente em se tratando da busca de obter favorecimento na apuração de crime de homicídio, também aqui, **por ausência de mínimos indícios de autoria, revela-se ausente justa causa para a propositura da ação penal.**

Daí por que estou concedendo a ordem para fazer cessar o andamento da ação penal proposta em face do paciente [...]

[...]

Inicialmente, como bem anotado no parecer de fls. 2.822/2.836, destaco ser *perfeitamente admissível o trancamento da ação penal por meio da ação mandamental desde que, para tanto não seja necessário o amplo exame do conjunto fático-probatório, embora, sob outro enfoque, referido entendimento não signifique a vedação de análise da prova produzida, pois somente a partir desse procedimento, será possível constatar a presença, ou não, da justa causa. O que se proíbe é o exame aprofundado, exauriente, ou ainda, a dilação probatória* (fl. 2.831).

Dentro desse contexto e ainda concordando com o teor do referido parecer ministerial, cujos termos adoto como razões de decidir, é possível perceber que **o acórdão, a partir de análise do que constante dos autos – sem determinar dilação probatória –, reconheceu restar evidente a falta de justa causa, o que não seria defeso, à míngua de indícios mínimos de autoria e, quiçá, de materialidade, tendo em vista que o corpo da vítima não foi localizado e do imputado crime não houve testemunha** (fl. 2.832).

Na hipótese, a falta de justa causa foi reconhecida em razão da ausência de elementos mínimos acerca da autoria delitiva, sendo tal conclusão alcançada a partir da análise dos indícios de prova sobre os quais se alicerçou a própria peça acusatória, ***provas essas que instruíram a petição de habeas corpus, de sorte que para afastar a conclusão do acórdão de que não há indícios mínimos de autoria, ou mesmo quanto à alegada presença de outros elementos não examinados pelo acórdão recorrido, há necessidade de reexame de substrato fático-probatório, inadmissível na instância nobre, nos termos da Súmula 7-STJ*** (fl. 2.834 - grifo nosso).

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. Recurso especial. Apropriação indébita. Não recolhimento de contribuições previdenciárias. Inexistência do elemento subjetivo do tipo. Matéria de fato. Reexame de provas. Súmula 07/STJ.

- O Superior Tribunal de Justiça, com os olhos postos na sua competência constitucional de intérprete maior da lei federal (CF, art. 105, III), consolidou o entendimento de que o recurso especial é inadmissível quando o tema nele enfocado consubstancia mero reexame de provas para o deslinde de questão de fato controvertido (Súmula nº 07).

- **A decisão concessiva de habeas-corpus que ordena o trancamento de ação penal por falta de justa causa, pela ausência do elemento subjetivo de**

**crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias, é insusceptível de revisão por via de recurso especial porque, para tanto, seria imprescindível o revolvimento de todo o quadro de provas, o que é defeso nesta instância especial.**

- Recurso especial não conhecido.

(REsp n. 153.278/RN, Ministro Vicente Leal, Sexta Turma, DJ 15/5/2000, p. 207 - grifo nosso)

[...]

IMUNIDADE PROFISSIONAL. ATIPICIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Este Sodalício firmou entendimento no sentido de ser possível a concessão de habeas corpus para o trancamento da ação penal nos casos em que não restar configurada a justa causa para a persecutio criminis em razão da atipicidade da conduta.

2. Os atos praticados pelos advogados, que estejam relacionados ao patrocínio da causa, estão acobertados pela imunidade da profissão prevista no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Precedentes do STJ e do STF.

**3. Na hipótese, a Corte de origem entendeu que o diálogo travado entre o agravado e seu cliente, por si só, não caracterizou conduta típica, apta a dar suporte à ação penal instaurada em seu desfavor, razão pela qual determinou o seu trancamento. Nesse sentido, a alteração do entendimento apresentado ensejaria o revolvimento probatório dos autos, providência inviável na via especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.**

4. Agravo desprovido.

(AgRg no AREsp n. 1.454.994/GO, Ministro Jorge Mussi, Quinta, Turma, DJe 5/3/2020 - grifo nosso)

CRIMINAL. RESP. DIFAMAÇÃO. AÇÃO PENAL TRANCADA. AUSÊNCIA DE DOLO. DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROVATÓRIO. SÚM. N.º 07/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**I - O recurso especial não se presta à revisão de decisão que concedeu habeas corpus para o trancamento de ação penal por falta de justa causa, devidamente motivada, pois envolveria verdadeira reapreciação dos aspectos fático-probatórios**

II - Pretensão impossível de ser satisfeita nesta sede, em respeito ao enunciado da Súm. n.º 07 desta Corte.

III - Recurso não conhecido, nos termos do voto do relator.

(REsp n. 595.988/SP, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 3/11/2004, p. 230 - grifo nosso)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, c/c o art. 932, III, do Código de Processo Civil, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator